



Universidade do Minho - Instituto da Educação
Mestrado em Sociologia da Infância

A Família na Pós-Modernidade

Pluralidade conceptual na diversidade de análises sociológicas

Revisão de literatura por Ricardo Garcia

U.C. Família e Sociedade
Professora Doutora Engrácia Leandro • Professora Doutora Alice Delerue Matos
Julho de 2011



A Família na Pós-Modernidade¹

Pluralidade conceptual na diversidade de análises sociológicas

Resumo: o presente ensaio foi redigido no âmbito da frequência da Unidade Curricular Família e Sociedade do Mestrado em Sociologia da Infância da Universidade do Minho. No decurso do texto procuro sistematizar uma breve revisão de literatura publicada em torno da multiplicidade conceptual da família, bem como das suas transformações enquanto causa e efeito de mudanças sociais maiores. De seguida convoco alguns autores cuja investigação se debruçou sobre algumas das mais representativas formas familiares nas sociedades pós-modernas: monoparentais, uniões de facto, homossexuais e recompostas.

O conceito de família tem refletido as mudanças observadas no plano societal, logrando com maior ou menor rigor definir as mutações sofridas por esta forma plural de relações entre indivíduos. Com efeito, se visões primárias e lineares da família colocam ênfase na sua forma nuclear para a prossecução dos ideais da sociedade na esfera privada, há outras visões que refutam tal conceptualização e colocam a família no primeiro patamar das estruturas sociais, desde logo pelos efeitos que nelas produz como resultado da sua natureza dinâmica.

A propósito da forma como o carácter mutável da família influencia as perceções científicas em seu torno, Guillén (2007) identifica três formas paradigmáticas de perspetivar a família: as teorias funcionalistas, das quais destaca Talcott Parsons e a sua afirmação dos processos de diferenciação estrutural na sociedade como fundamentos de um crescente vínculo com as funções da família e a conseqüente emergência da família nuclear (a propósito, também Riita (1994) invoca o pensamento parsoniano que nos

¹ Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990. Todas as traduções são da responsabilidade do autor.



anos '50 define a família como uma estrutura funcional, porque alicerçada nas funções de cada um dos seus membros, sendo que estas se encontram compartimentadas pela “divisão do trabalho em função do género”. Para além deste aspeto central, o tipo ideal de família era a nuclear e todas as outras possibilidades de formas familiares constituíam-se como “comportamentos desviantes”); a pesquisa antropológica de Lévi-Strauss que relaciona o incremento e a redução de funções da família com o seu aumento ou desaparecimento, respetivamente, relacionando também o surgimento da família com estratégias de sobrevivência e postulando a família monogâmica como própria de vários tipos de sociedades; a psicanálise de Freud e a centralidade do ímpeto sexual masculino com a consequente objectificação feminina; a Psicologia Social de Fromm que vincula o desenvolvimento da família à economia de mercado; a corrente marxiana com Marx, Engels, Weber e Horkeimer “que analisam como os processos económicos, sociais e culturais do capitalismo incidiram na família como instância ou instituição que responde aos requisitos produtivos de cada período ou modo de produção”, ligando assim esta célula base da sociedade com as dinâmicas do mercado e do trabalho.

Reuben-Soto (2006: 496) analisa a estrutura familiar sob uma perspectiva sociológica, procurando romper com uma visão “preconceituosa” da família, mormente com as perspectivas que estabelecem uma ligação harmoniosa desta com a sociedade. Com efeito, “a análise das estruturas familiares revela uma confrontação entre a sociedade e a família e um equilíbrio pela oposição, cujas ruturas danificam (ou transformam) ambos os elementos da equação.” O autor distingue também dois tipos de relações, as “sociais” e as “familiares” que, apesar de intimamente relacionadas e necessárias à “reprodução dos grupos e consequentemente da sociedade”, se articulam de modos nem sempre harmoniosos. Por outro lado estabelece que a família, mais do que constituir uma forma miniaturizada da sociedade, é sim um “indivíduo expandido” na medida em que abarca relações decorrentes de necessidades primárias (reprodução e sobrevivência) e necessidades associativas (papéis e funções dos seus membros) para uma subsistência eficaz.

Para o autor, a família nuclear é o resultado esperado das relações que estabelece com a sociedade. Se a visão burguesa que imperava no séc. XVIII era que a família



nuclear era o “resultado de uma civilização perfeita”, o autor contrapõe referindo que esta é o resultado histórico de “determinadas relações antagonistas imersas num todo social dinâmico. Carrega pois as contradições implícitas na sociedade.” Já no séx. XX, os contributos dos estudos interativos e semióticos vêm refutar a natureza divina da família nuclear, bem como a sua perceção como elemento necessário às manutenção das estruturas sociais, e propô-la como um universo de relações interpessoais com vista ao “reconhecimento, identificação pessoal, formação social e integração”, aspetos estes gradualmente expandidos mediante a acumulação de diversos tipos de capital. Com efeito, o autor destaca que a consolidação da família nuclear resulta da transformação de “hábitos e comportamentos associados com condições económicas e sociais que dão lugar à emergência de capital”. Conclui afirmando que a família, nos seus papéis e estruturas, se encontra confrontada com uma série de transformações sociais (entrada das mulheres no mercado de trabalho, a sua luta pela igualdade de género, a difusão dos meios de comunicação e transportes e a concomitante divulgação de bens culturais). Estes fatores terão originado um “alívio de funções da família”, as quais vêm sendo assumidas pelas instituições das sociedades-providência. Alerta por isso que a crescente privatização e redução do aparelho estatal criarão um “vazio funcional nas sociedades contemporâneas”, dado que a família não conseguirá reassumir as suas funções nas novas condições sociais. Consideram-se assim explicados os elementos que explicam a “crise da família”, que são as “transformações estruturais na sociedade”.

Por contraponto às explicações que fazem radicar na família uma tendência para o seu isolamento, que adiante veremos designada de privatização, e que afirmam um momento histórico de crise, Vasconcelos (2003: 538) vem propor que a “radicalização” discursiva em torno de um aparente “isolamento conjugalista nas sociedades contemporâneas” não tem fundamento. Para tal, explica que as relações socialmente diferenciadas de entreajuda intergeracional, apesar de não constituírem “novas modalidades de parentesco alargado”, proporcionam uma continuidade alargada da família nuclear e um importante mecanismo de trocas quotidianas de bens e serviços personificado, sobretudo, pelos membros do sexo feminino. Fica assim ilustrado que, apesar da reconversão das estruturas familiares, que gradualmente se nuclearizaram, persistem ainda redes de solidariedade primária que asseguram estratégias de



sobrevivência ou de manutenção de estatuto social, permitindo refutar as asserções que advogam o isolamento da família nuclear restrita.

Harbison e Robinson (2003) destacam a globalização como mecanismo facilitador de várias transformações sociais com evidentes implicações nas metamorfoses da família. Destacam desde logo o decréscimo do casamento e o casamento tardio, a maior instabilidade das uniões, a maior igualdade de género e o aumento de uniões não tradicionais. A ligação destas transformações à globalização faz-se pela “penetração do sistema social e económico capitalista e o conseqüente enfraquecimento da autoridade da família alargada tradicional quanto às decisões da geração mais nova”. A fratura da estabilidade intergeracional da família promovida pelas gerações anteriores resulta do capitalismo que fomenta um “sistema de valores imediatista, individualista e hedonista”. Distinguem assim a sociedade atual da sociedade pré-capitalista, em que o valor da procriação e a continuação da descendência providenciavam uma importante motivação para as uniões monogâmicas, estáveis e heterossexuais, sendo certo que este paradigma se transformou rapidamente pelas mudanças nas relações entre os indivíduos após o advento do capitalismo na pós-modernidade.

A família não está em crise, nem tão pouco os valores que lhe estão subjacentes, sendo contudo certa a proposição que sustenta a transformação desses mesmos valores e as mudanças intimamente relacionadas entre estruturas sociais e tipologias familiares. Fica também claro que a organização da família não é apenas o produto das mudanças nas estruturas sociais, mas igualmente combustível da dinâmica das sociedades.

Se é lícito afirmar que as transformações sociais têm tido implicações na família, também é certo que as mudanças nela operadas se repercutem em impactos no modo como a sociedade se elabora. Leandro (2008: 3) destaca o cariz mutável das estruturas familiares, e a relação destas com as estruturas sociais, afirmando que se deve “reconhecer que a família é uma realidade ancestral e universal que tem evidenciado uma enorme capacidade de resistência, adaptação e dinâmica, esta ora associada à dinâmica mais geral das sociedades e do mundo e do mundo (...), ora advindo também da família um importante fator de dinâmica social.”

Um elemento que parece nesta altura indissociável da relação entre a família e a sociedade é o trabalho. A entrada das mulheres no mercado de trabalho não se limitou a



redefinir os papéis dos atores no seio da família, designadamente no que decorre da diferenciação ou partilha de tarefas assentes em clivagens de género; aquele movimento também impulsionou a criação de estruturas de apoio no âmbito do Estado-Providência e toda uma série de políticas sociais dirigidas à família para permitir a conciliação com o trabalho. Contudo, é importante acrescentar e escarpelizar o modo como família e trabalho são duas realidades aparentemente separadas por fronteiras bem definidas, mas que se cruzam e imiscuem no campo dessa mesma conciliação.

Minotte (2011) estabelece que a separação das esferas da família e do trabalho tem sido refutada com sucesso, encontrando-se documentado que ambas se interferem numa “miríade de maneiras” e de forma bidirecional. Numa perspetiva de “exigências e recursos”, a autora infere que a probabilidade de o conflito entre a família e o trabalho acontecer é tanto maior quanto maiores forem as exigências do trabalho e menores os recursos individuais para lhes fazer face. Se do lado das exigências encontramos os horários de trabalho e as pressões laborais, os recursos podem radicar no número de elementos do agregado familiar, o controlo das horas de trabalho e o apoio financeiro, sendo que estes podem ser utilizados para reduzir aquelas tensões e os próprios conflitos entre progenitores que trabalham. Também Guerreiro *et al.* (2006) referem o impacto produzido pelo trabalho na forma como as famílias se estruturam, nomeadamente no que decorre da emancipação das mulheres pelo desempenho de atividade laboral remunerada. Para além desta realidade ter produzido “relações de género mais igualitárias”, originou “tensões” na vida familiar, dado o casamento ter deixado de ser garante de satisfação económica para as mulheres mediante a contrapartida da realização de trabalho doméstico não remunerado e ter também ganho um “cariz mais opcional e contingente” com papéis e práticas “mais negociáveis”.

Na revisão de literatura realizada, sobretudo a partir de artigos de investigação sociológica em torno da família, foi possível perceber que há algumas tipologias que têm merecido particular atenção. Sobre os motivos dessa atenção, já se salientaram algumas posições alarmistas que identificam na família uma fragilidade verificável na rutura com os esquemas mais tradicionais de organização. Não sendo de todo pertinente contribuir para conjeturas em torno de uma suposta crise de valores, invoco alguns autores cujas visões em torno de algumas formas de família (monoparental, união de



facto, homossexual e recomposta) contribuíram para a redação do presente ensaio, que se crê rico e plurifacetado.

O surgimento do agregado familiar do tipo monoparental e a consciencialização académica operada em meados dos anos '70 para a existência deste tipo de estrutura familiar teve, de acordo com Wall e Lobo (1999: 124) duas importantes consequências, respetivamente: chamar a atenção para a importância relativa desta estrutura familiar em termos estatísticos, colocando as mulheres fora do “anonimato” do casamento e da família nuclear tradicional, bem como fomentar a criação de políticas sociais ajustadas a estas famílias. Por outro lado, a monoparentalidade passou a ser perspetivada sob diferentes olhares da ciência, constituindo-se assim como um fenómeno social relevante para a compreensão de alguns aspetos dele decorrentes, nomeadamente no que concorre para os impactos operados sobre a infância. McManus *et al.* (2003: 1926) destacam a relevância sociológica deste tipo de famílias, particularmente no que resulta da sua desagregação e o aumento exponencial de famílias monoparentais trabalhadoras, com o que tal representa em termos da já descrita conciliação com o trabalho. Esta problemática é tanto mais importante quando a investigação demonstra que a esmagadora maioria das famílias trabalhadoras monoparentais são femininas, com notório impacto no seu nível socioeconómico. Com efeito, as mulheres são na generalidade prejudicadas no âmbito salarial, para além de terem “menos suporte, menos tempo pessoal, mais stresse e maior dificuldade em equilibrar o trabalho e a vida doméstica”. Por outro lado, os autores inferem que estatutos laborais mais baixos, em profissões menos valorizadas, fomentam as dificuldades de conciliação com o trabalho, uma vez que estão normalmente associadas a menor flexibilidade e acesso a políticas sociais de promoção da família, o que se afigura duplamente relevante no caso da monoparentalidade.

As uniões de facto constituem também um fenómeno em ascensão no âmbito da pluralidade das formas de estruturação familiar. A investigação realizada em torno de forma como os membros de agregados familiares não unidos pelo casamento caracterizam as suas próprias vivências de coabitação tem também alcançado novas categorizações. Santos (2008) relaciona a “diminuição dos estigmas” relativos à coabitação fora do casamento com o aumento exponencial das “uniões sem papéis”,



referindo-se assim à coabitação entre parceiros sem as formalidades associadas ao casamento. Salienta também a “autonomia das mulheres” como contributo fundamental para aquele recrudescimento, sendo certo que muitos outros fatores contribuirão para a “desinstitucionalização” e “privatização” da família. A autora descreve a coexistência contemporânea de vários perfis de coabitação que, reinterpretadas as suas conclusões, podem ser caracterizados dos seguintes modos: *moderna* (prolongamento natural do namoro e maior simetria entre sexos), *circunstancial* (ocorre por força de circunstâncias), *de noivado* (prévia ao casamento e transitória), *masculina* (coabitação cujo casamento é indesejado pelo homem e onde impera a assimetria entre sexos), *de transgressão* (prevalência dos sentimentos contra contingências e pressões externas), *de tradição* (típicas de meios socioeconómicos desfavorecidos em que o casamento é inoportável, sendo também reproduzidas intergeracionalmente), *instável* (mais comuns em grupos sociais marginalizados) e *de experimentação* (provisórias e com vista a ensaiar a viabilidade da relação). A propósito dos motivos subjacentes à opção de coabitar, também Rhoades *et al.* (2009) desenvolveram investigação que concluiu tratarem-se de razões eminentemente sentimentais como “passar mais tempo com o parceiro”. Contudo afirmam ser também representativo o número de casais que refere razões de conveniência. Só residualmente se verbalizou descrença na instituição casamento ou que se pretendesse, pela via da coabitação, “testar” o relacionamento.

Outras modalidades de família, de resto impensáveis ainda no decurso do século passado, são as famílias homossexuais cuja ascensão desperta juízos díspares, desde o prenúncio de uma crise de valores sem precedentes ao contentamento pela abertura a renovadas asserções de liberdade. O carácter polémico deste tópico é inflamado quando na arena em que se digladiam essas diferentes visões são lançadas as questões da parentalidade. Stacey (2006) afirma a independência do aumento das uniões homossexuais relativamente à legalidade do seu carácter. Refuta assim que a sua proibição ou legalização tenha impacto no avolumar deste fenómeno. Por outro lado, afirma a reconfiguração controversa e criativa da parentalidade, designadamente da paternidade. Para a autora “a emergência pós-moderna da qualidade das relações” encontra expressão nestas uniões que advoga resultarem da primazia dos afetos sobre razões económicas, sendo que a procura da parentalidade pelos casais homossexuais



obedece a ímpetos de “desejo” e não a uma qualquer obrigação. A autora afirma também a autonomia da parentalidade relativamente ao casamento, à união entre indivíduos e à reprodução biológica. Assim, os casais homossexuais desafiam as noções de género estabelecidas bem como as rotinas tradicionalmente resultantes na parentalidade ou por ela ativadas. Também Suter *et al.* (2008) analisam esta realidade sob o prisma das famílias homossexuais femininas. Estabelecem que o visível acréscimo da parentalidade nestas uniões resulta do acesso facilitado à inseminação artificial. São no entanto famílias que oscilam entre a “afirmação” e a “desafirmação” da sua identidade própria, tendo que gerir essa identidade consoante se movimentam no seio das diversas relações que possuem externamente. As autoras estabelecem esta “negociação” no exercício da comunicação e interação simbólica perante os modos como as famílias homossexuais são percebidas pelos diferentes atores, cuja variabilidade pode ir da aceitação à homofobia. As autoras destacam algumas estratégias encontradas por casais homossexuais femininos para validar a sua união. No caso da parentalidade, a atribuição de apelidos hifenizados aos filhos surge como estratégia legitimadora não apenas da parentalidade, mas da própria família, colocando assim em causa a ideia pré-concebida de família com dois progenitores de sexos diferentes. Também a escolha de dadores incógnitos serve propósitos de normalização, sendo que alguns casais escolhem dadores com características físicas semelhantes à mãe não biológica. Tal cuidado legitima a família a partir do momento em que se identificam pareças da criança com uma das progenitoras. As autoras destacam ainda a frequência de grupos de ajuda e a prossecução de rotinas familiares normativas como formas de legitimação perante a adversidade social que se impõe no quotidiano.

A já referida representatividade das ruturas familiares acarreta também um recrudescimento das famílias recompostas. De acordo com Leandro (*idem*) esta tipologia familiar encerra uma multiplicação de “figuras familiares e parentais”. Explica que a coexistência de mais do que uma residência, meios-irmãos e outros familiares de cada uma das recomposições familiares constituem fatores dignos de nota. Distingue ainda as recomposições quanto ao nível socioeconómico das famílias, inferindo que nas de pertença social mais modesta as recomposições são “substitutivas” e nos “grupos sociais com mais capital cultural e social, a rutura não faz desaparecer o ex-cônjuge”.



Admite ainda uma reelaboração constante da parentalidade nestas famílias, dada a participação de várias pessoas “sem laços biológicos” na educação das crianças. Salaria uma centralização na figura maternal, dada a sua influência nas relações estabelecidas pelos filhos com o progenitor, o padrasto e os demais elementos que compõem a complexa teia de relações destas estruturas familiares. Alude às questões do incesto, designadamente quando emerge a possibilidade de ligações entre membros das diferentes fratrias, o que na sociedade ocidental surge carregado de dilemas éticos e questões culturais. A autora relaciona estes condicionalismos com uma “institucionalização da família recomposta, forjando como que uma consanguinidade onde ela não existe”. Para a autora, estas formas familiares acarretam ainda problemas de ambiguidade, designadamente linguística, a partir do momento em que se levantam dúvidas sobre de que modo tratar determinados membros dos vários sistemas familiares em conjugação. Também Stewart (2005) invoca questões de ambiguidade nas famílias recompostas, nomeadamente ao nível das suas “fronteiras e papéis sociais”. Também se levanta a questão da residência plural, o que difere da residência singular da família nuclear. Levantam-se ainda questões de “reconhecimento” de filhos de ligações anteriores, no que delas concorre para a regularização e positividade das relações entre os membros dos diversos subsistemas familiares interligados na rede de relações da família recomposta. De resto afirma que a existência destas crianças tende a aumentar a prevalência do divórcio nestes agregados. Skinner *et al.* (2002: 78) também afirmam que a presença de filhos de anteriores relações, e mesmo de ex-cônjuges, criam um “contexto para a diminuição da qualidade da relação nos recasamentos”, os quais apresentam taxas mais elevadas de dissolução. Sustentam por isso que tal se deve mais às relações anteriores do que à nova experiência de coabitação.



Referências:

- Guerreiro, M. D., Caetano, A., Rodrigues, E.A. (2008). *A família (d)escrita pelos jovens: permanência e mudança de modelos de paternidade*. Comunicações do VI Congresso Português de Sociologia. Junho de 2008. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Guillén, N. P. (2007). *Transformaciones en las Familias: Análisis Conceptual y Hechos de la Realidad*. Revista Ciencias Sociales Universidad de Costa Rica, 116, pp. 35-56.
- Harbison, S. F., Robinson, W. C. (2003). *Globalization, Family Structure, and Declining Fertility in the Developing World*. Review of Radical Political Economics. March 2003, vol. 35, no. 1, pp. 44-55.
- Leandro, M. E. (2008). *Família, Educação e Saúde*. Comunicações do VI Congresso Português de Sociologia. Junho de 2008. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- McManus, K., Korabik, K., Rosin, H. M., Kelloway, E. K. (2003). *Employed mothers and the work-family interface: Does family structure matter?* Human Relations, Volume 55(11): pp. 1295–1324. The Tavistock Institute.
- Minnotte, K. L. (2011). *Family Structure, Gender, and the Work-Family Interface: Work-to-Family Conflict Among Single and Partnered Parents*. Journal of Family and Economic Issues, June 2011. Springer.
- Reuben-Soto, S. (2006). *Family evolution and contemporary social transformations*. Journal of Comparative Family Studies, Vol. XXXVII, No. 4, pp. 495-509. Autumn 2006.
- Rhoades, G. K., Stanley, S. M., Markman, H. J. (2009) *Couples' Reasons for Cohabitation: Associations with Individual Well-Being and Relationship Quality*. Journal of Family Issues, 2009, 30, pp. 233-258.



- Riitta, J. (1994). *Alternative Family Patterns; Their Lot in Family Sociology and in the Life-Worlds of Ordinary People*. Innovation: The European Journal of Social Sciences, 1994, Vol. 7, Issue 1.
- Santos, F. (2008). *Perfis de Coabitação no Portugal Contemporâneo*. Comunicações do VI Congresso Português de Sociologia. Junho de 2008. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Skinner, K.B., Bahr, S. J., Crane, D. R. Call, V. R. A. (2002). *Cohabitation, Marriage, and Remarriage: A Comparison of Relationship Quality Over Time*. Journal of Family Issues, 2002, 23, pp. 74-90.
- Stacey, J. (2006). *Gay Parenthood and the Decline of Paternity as We Knew It*. Sexualities, Vol 9(1), pp. 27–55. SAGE.
- Stewart, S.D. (2005). *Boundary Ambiguity in Stepfamilies*. Journal of Family Issues 2005 26, pp. 1002-1029.
- Suter, E. A., Daas, K. L., Bergen, K. M. (2008) *Negotiating Lesbian Family Identity via Symbols and Rituals*. Journal of Family Issues. 2008, 29, pp. 26-47.
- Vasconcelos, P (2003). *Redes de Apoio Familiar e Desigualdade Social: Estratégias de Classe*. Análise Social, vol. XXXVII (163), 2002, pp. 507-544.
- Wall, K., Lobo, C. (1999). *Famílias monoparentais em Portugal*. Análise Social, vol. XXXIV (150), 1999, pp. 123-145.